



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Serviço Social: fundamentos, trabalho e formação profissional

Diretrizes Curriculares da ABEPSS: processualidade da sua construção coletiva

Thaís Teixeira Closs¹

Resumo: O artigo discute a historicidade e fundamentos da construção das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, com base em pesquisa realizada a partir de entrevistas, estudo bibliográfico e análise de documentos históricos. Enquanto resultados, enfatiza a processualidade da construção coletiva das Diretrizes, sistematizando dados de eventos, ações e documentos da ABESS/CEDEPSS datados da década de 1990, discutindo as principais bases teórico-metodológicas desse projeto formativo e da sua regulamentação pelo MEC, que repercutiu na descaracterização de seus conteúdos originais.

Palavras-chave: fundamentos do serviço social; diretrizes curriculares da ABEPSS; historicidade.

ABEPSS Curriculum Guidelines: the process of their collective construction

Abstract: This paper discusses the historical context and foundations of the development of the ABEPSS Curriculum Guidelines, based on research comprising interviews, a literature review and an analysis of historical documents. As a result, it emphasises the processual nature of the collective development of the Guidelines, systematising data from events, actions and documents of ABESS/CEDEPSS dating from the 1990s, and discussing the main theoretical and methodological foundations of this educational project and its regulation by the Ministry of Education (MEC), which led to the distortion of its original content.

Keywords: fundamentals of social work; ABEPSS curriculum guidelines; historicity.

1. Introdução

Este trabalho é fruto de pesquisa de sobre a historicidade e a memória da construção das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, que analisou seus antecedentes, determinantes sócio-históricos e fundamentos a partir da interlocução com a teoria social marxista, com base na revisão de literatura, de documentos históricos e na realização de entrevistas. Considerando o marco histórico dos 30 anos da formulação desse projeto formativo, ressalta-se o seu ineditismo face às tendências mundiais do Serviço Social, uma vez que sua construção é representativa das particularidades sócio-históricas assumidas pela profissão no Brasil, cujas raízes residem no legado do Movimento de Reconceituação Latino-Americano - MRLA (Iamamoto, Santos, 2021) e da vertente crítica da renovação profissional (Netto, 2004, Iamamoto, 2019), em suas repercussões no âmbito

¹ Doutora em Serviço Social. Professora do Departamento de Serviço Social/Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Email: thaisatcloss@gmail.com.

da organização política e na formação acadêmica desde o final dos anos 1970. Com base nesses aspectos, o trabalho enfatiza a processualidade da construção coletiva das Diretrizes na década de 1990, a partir das oficinas e convenções da ABESS/CEDEPSS, condensando amplos debates sobre a formação profissional em articulação com as unidades de ensino, culminando no seu encaminhamento para regulamentação junto ao MEC em 1999.

2. Resgate da memória da construção das Diretrizes Curriculares em Serviço Social na década de 1990

As ações promovidas pela ABESS, desde a implantação do currículo mínimo de 1979/1982, impulsionaram importantes acúmulos para a construção de um novo projeto formativo na década de 1990, a qual foi marcada pelos impactos das políticas neoliberais e da contrarreforma do Estado na agudização das desigualdades na sociedade brasileira. Esse processo foi acompanhado por importantes lutas profissionais na implantação da Seguridade Social e na defesa dos direitos humanos e sociais, no quadro da municipalização das políticas sociais e do desenvolvimento de práticas participativas em articulação com movimentos sociais e instâncias de controle social.

Além disso, essa conjuntura foi caracterizada pela consolidação de um rico debate no âmbito dos fundamentos profissionais², com distintas angulações sobre a natureza da profissão, alimentadas pela interlocução com as obras de Marx, Gramsci e Lukács. Também se aprofundam as análises de temas como o Estado, a democracia, a cidadania, as políticas sociais e sobre as transformações no mundo do trabalho. Ainda, a aprovação da Lei de Regulamentação e do Código de Ética, ao estabelecer novas bases para o trabalho e as competências profissionais, também reforçaram a necessidade da revisão curricular que originou as Diretrizes da ABEPSS.

Portanto, no início dessa década houve a mobilização do movimento estudantil via construção da Campanha de Reestruturação da Formação Profissional (SESSUNE, 1992) e também as primeiras ações da gestão³ da ABESS/CEDEPSS à época para a construção no novo projeto formativo. Dentre elas, destaca-se a realização do Encontro

² Uma análise sobre as distintas angulações no campo marxista para as particularidades do trabalho de assistentes sociais encontra-se disponível em Iamamoto (2008, p. 209-234); e um balanço sobre o debate profissional brasileiro em sua interlocução com a tradição marxista, desenvolvido nos anos 1990, pode ser consultado em Iamamoto (2005, p. 201-250).

³ Sob a presidência de Lídia Maria Monteiro Rodrigues Silva.

Nacional de Ensino e Pesquisa em Serviço Social em 1992, no qual foram debatidas questões centrais para superar os impasses na formação profissional e aprovadas as diretrizes orientadoras da revisão curricular (ABESS/CEDEPSS, 1993a). A entidade também instituiu grupo de trabalho que elaborou documento com subsídios para a discussão local nas unidades de ensino e nos seis encontros regionais realizados nesse período (ABESS/CEDEPSS, 1993b).

Com base nesses acúmulos, a gestão seguinte da ABESS⁴, durante seu primeiro ano de mandato, construiu um projeto de revisão curricular (ABESS, 1994) que previu a intensificação do debate descentralizado junto às unidades de ensino e regiões, contando também com o suporte de consultores⁵, com vistas à apresentação de anteprojeto de currículo a ser apreciado na convenção da entidade. O produto desses debates - que nos anos de 1994 e 1995 contou com o envolvimento das 66 unidades de ensino de todo país, a partir da realização de 43 oficinas locais e 15 oficinas regionais (ABEPSS/CEDEPSS, 1995a) -, culminou no relatório “Síntese dos impasses e tensões da formação profissional” (ABEPSS/CEDEPSS, 1995b). Ele apresenta quatro temáticas que demandavam aprofundamento, quais sejam: a direção social da formação, sob a ótica da relação entre projeto profissional e projeto societário; a articulação entre Serviço Social e realidade, no tocante à identificação das demandas postas à profissão e ao caráter conjuntural/estrutural a ser impresso à proposta curricular; a inserção/intervenção do Serviço Social na realidade, considerando as respostas ao mercado de trabalho e a apropriação do real, em termos do objeto de conhecimento e de intervenção; e os diferentes eixos temáticos do novo currículo apontados a partir das oficinas regionais - Política Social, Proteção social, História e Fundamentos, História/Teoria/Metodologia. Como registra o relatório, o próprio termo “eixo temático” denotava concepções diversas, seja enquanto disciplinas nucleadoras da grade curricular ou como centro de convergência da atuação profissional e, ainda, eixo teórico de ensino.

⁴ Sob a presidência de Marieta dos Santos Koike até o final do ano de 1997, seguida pela gestão presidida por Reinaldo Nobre Pontes, na qual ocorreu a reestruturação da entidade em ABEPSS.

⁵ Como registra o relatório de gestão (ABESS/CEDEPSS, 1995a), o grupo de consultores foi inicialmente composto por: Nobuco Kameyama, Maria Rosângela Batistoni, Mirtes Macêdo e Pepita Andrade; depois foi acrescido por Alba Pinho de Carvalho e Ana Elizabete Mota Fernandes. Do encontro para a elaboração do projeto de Revisão Curricular de 1994 participaram, além dos consultores, também representantes da ENESSO e do CFESS.

O aprofundamento dessas temáticas foi desenvolvido na Oficina Nacional realizada em maio de 1995 na UFRJ via quatro grupos de trabalho - Núcleo de Fundamentação Teórico-Prático, Ético-Político e a Direção Social da Formação Profissional; a Realidade Social e as Tendências do Serviço Social; Inserção e Intervenção do Serviço Social: Mercado de Trabalho; Eixo Temático do Currículo. Do conjunto dos debates realizados na Oficina, destaca-se que o último grupo expressou distintas concepções sobre o significado sócio-histórico e a delimitação do campo profissional do Serviço Social, argumentadas em torno dos temas da proteção social, da política social e a da relação entre profissão e história a partir do processo de (re) produção das relações sociais (ABEPSS/CEDEPSS, 1995c).

Na sequência, os produtos dessa Oficina foram adensados pela gestão ABESS/CEDEPSS e consultores, tendo como resultado a elaboração⁶ do documento intitulado “Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional”. Ele foi apresentado e aprovado por unanimidade na 29ª Convenção da ABESS, realizada em novembro de 1995 em Recife/PE, a qual contou com a representação de 51 unidades de ensino e da totalidade dos programas de pós-graduação existentes à época (ABESS/CEDEPSS, 1995d).

A Proposta foi posteriormente publicada na revista Serviço Social e Sociedade (ABESS/CEDEPSS, 1996a) e apresenta um avanço em relação à definição do eixo do currículo, delimitado como “algo que expressa a profissão e a realidade social”, o que implica o “resgate dos elementos que lhe dão concretude, ou seja, sua base de fundamentação histórico-social na realidade” (p. 149). Nessa direção, a Proposta afirma a questão social como eixo fundante, uma vez que as políticas sociais “são um dos componentes essenciais da ação profissional, mas não a esgotam em sua plenitude” (p. 149); e, a proteção social, ao enfatizar as continuidades históricas em detrimento das rupturas, assume “um caráter trans-histórico e obscurece a particularidade histórica da constituição do Serviço Social no quadro da expansão monopolista e do papel do Estado dela decorrente” (p. 149). Outro avanço reside na abordagem da história, teoria e método em sua relação de unidade, superando sua compreensão como componentes curriculares, uma vez que a profissão “não é fundada em disciplinas ou teorias, mas no

6 A gestão ABESS/CEDEPSS contou com a participação dos seguintes consultores para sua elaboração: Ana Elizabete Mota, Isabel Cristina Cardoso, Marilda Villela Iamamoto, Nobuko Kameyama, Maria Lucia Barroco, Maria Rosângela Batistoni (ABESS/CEDEPSS, 1996a).

movimento histórico-concreto da realidade social” (p. 149). Portanto, o eixo da formação reside na “vinculação entre profissão e as novas configurações da questão social, apreendida no interior do processo de reprodução da relação entre capital e trabalho”, sendo o trabalho o “elemento central da realidade social e componente constitutivo da prática profissional” (p. 149). Desse modo, a Proposta supera os impasses postos na trajetória dos debates da formação profissional e aprofunda o trato da relação entre conhecimento/profissão/realidade e do próprio significado social do exercício profissional. Nesse sentido, ela salienta a importância da capacitação teórico-metodológica e histórica que possibilite apreender o processo social como totalidade, de modo a situar o Serviço Social no âmbito da divisão sócio-técnica do trabalho e elucidar sua historicidade no âmbito das relações entre as classes sociais com o Estado e a sociedade (ABESS/CEDEPSS, 1996a).

Portanto, a Proposta estabelece as bases centrais do novo projeto formativo, explicitando os seus pressupostos, diretrizes e metas da revisão curricular. Define, ainda, que essas dimensões remetem a um conjunto de conhecimentos indissociáveis no deciframento das particularidades da profissão na dinâmica societária brasileira, traduzidos em Núcleos de Fundamentação, quais sejam: 1) Fundamentação teórico-histórica das configurações socioeconômicas, culturais, políticas e teóricas do ser social; 2) Fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira inserida na divisão internacional do trabalho; 3) Núcleo de fundamentação do trabalho profissional (ABESS/CEDEPSS, 1996a, p. 168-171). Os Núcleos ancoram-se na unidade entre história, teoria e método, que é própria da teoria social crítica, o que requer a crítica simultânea do conhecimento e da realidade, possibilitando o desenvolvimento de diferentes níveis de abstração na análise da questão social e do Serviço Social, em suas múltiplas determinações nas particularidades da sociedade brasileira. Logo, a indissociabilidade desses conteúdos organiza todo processo formativo, em termos dos processos de ensino e da estruturação dos componentes curriculares, conformando uma perspectiva pedagógica crítico-dialética que supera as fragmentações postas no currículo de 1982.

Após a 29ª Convenção, a gestão da ABESS ampliou o grupo de consultores⁷ para aprofundar os conteúdos da Proposta Básica, tendo esse trabalho resultado em texto que aportou “Novos Subsídios para o Debate⁸”, elaborado em 1996 e publicado no caderno ABESS n. 7 (Cardoso, Granemann, Behring, Almeida, 1997). Ele desenvolve a análise da questão social como elemento constitutivo da relação entre profissão e realidade, da prática do Serviço Social enquanto trabalho, e também discute a universidade brasileira no tocante aos desafios postos ao novo projeto formativo. O texto foi socializado com as unidades de ensino e subsidiou a discussão das oficinas descentralizadas, as quais culminaram na elaboração de seis propostas regionais, posteriormente consubstanciadas na “Proposta Final do Currículo Mínimo do Curso de Serviço Social”. Esse último documento foi debatido, revisado e aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 8 de novembro de 1996, no Rio de Janeiro, na UERJ.

Portanto, as Diretrizes (ABESS/CEDEPSS, 1996b) aprovadas nessa histórica assembleia consolidam o conteúdo da Proposta Básica. Seu texto, em relação ao anterior (ABESS/CEDEPSS, 1996a), sistematiza os princípios e as diretrizes da formação, realiza uma pequena alteração na nomenclatura dos Núcleos - fundamentos teórico-metodológicos da vida social, fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, fundamentos do trabalho profissional -, mas mantendo seu conteúdo original, com exceção do terceiro, cuja redação foi levemente ampliada aprofundando o trato das dimensões da competência profissional.

O avanço, nesse documento, em relação às formulações anteriores, reside na definição das Matérias Básicas, enquanto “expressões de áreas de conhecimento necessárias à formação profissional que se desdobram em disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares” (ABESS/CEDEPSS, 1996b, p. 15). Elas condensam uma lógica curricular inovadora, pois possibilitam a sua particularização nos projetos pedagógicos nas

⁷ Conforme relatório de gestão (ABESS/CEDEPS, 1997) o grupo ampliado de consultores foi composto por Marilda Villela Iamamoto, Sara Granemann, Maria Rosângela Batistoni, Helder Boska Sarmento, Isabel Cristina Cardoso, Elaine Behring, Cristiane Mercuri, Franci Cardoso, Juliane Félix Peruzo, Maria Thereza Menezes, Suely Gomes, Maria Lúcia Barroco, Ana Maria Mourão, Carlos Alberto Maciel e Ana Célia Bahia da Silva (pedagoga).

⁸ O Documento expressa a síntese do conteúdo dos debates realizados na UERJ em junho de 1996 em reunião de consultores convocada pela ABESS. Sua elaboração contou com a supervisão de Marilda Villela Iamamoto (Cardoso, Granemann, Behring, Almeida, 1997).

unidades de ensino, a partir da realidade local regional e dos acúmulos do corpo docente, mas também garantem uma unidade e base comum em termos de conteúdos a serem desenvolvidos no ensino.

Desse modo, as matérias definidas nas Diretrizes são (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 15-18): Sociologia, Ciência Política, Economia Política, Filosofia, Psicologia, Antropologia, Formação Sócio-Histórica do Brasil, Direito, Política Social, Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais, Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social, Processo de Trabalho do Serviço Social, Administração e Planejamento em Serviço Social, Pesquisa em Serviço Social, Ética Profissional. Ainda, as Diretrizes estabelecem as bases para o Estágio Supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso, definidos como atividades indispensáveis e integradoras do currículo.

A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação em dezembro de 1996, logo após a construção no novo projeto formativo, passou a mobilizar os debates das unidades de ensino e da ABESS, considerando o processo de contrarreforma do Estado em seus impactos na política de educação brasileira em termos da flexibilização dos currículos mínimos, do aligeiramento da formação e da mercantilização do ensino superior. Desse modo, a entidade atuou conjuntamente com a comissão de especialistas de ensino de Serviço Social junto ao MEC para incidência no processo de regulamentação das Diretrizes, visando tanto garantir o conteúdo original do projeto formativo como também atender aos requisitos da nova legislação. Esse trabalho conjunto resultou inicialmente no “Parecer às Diretrizes Gerais para o curso de graduação em Serviço Social” (MEC-Sesu, 1997), o qual reafirma o conteúdo das Diretrizes (ABESS/CEDEPSS, 1996b) e também sugere o desdobramento das matérias intituladas “Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais” e “Processo de Trabalho do Serviço Social” em outras duas matérias atinentes a cada uma delas - Desenvolvimento Capitalista e Questão Social/Classes e Movimentos Sociais, Trabalho e Sociabilidade/Serviço Social e os Processos de Trabalho.

Após, a continuidade das ações pela regulamentação das Diretrizes culminou na submissão de documento⁹ ao Conselho Nacional de Educação (CNE/MEC), pela então

⁹ Conforme dados obtidos nas entrevistas, verifica-se, nesse contexto, a emergência de uma polêmica sobre a suposta existência de duas Diretrizes Curriculares – a da ABEPSS e da Comissão de Especialistas de Ensino -, o que se configura como um equívoco. Nesse sentido, é importante registrar

gestão¹⁰ da ABEPSS em articulação com a Comissão de Especialistas (MEC-Sesu, 1999). Ele inclui o perfil, as competências e habilidades profissionais na ótica da Lei de Regulamentação, altera a nomenclatura de Matérias Básicas para Tópicos de Estudos e aprimora alguns de seus conteúdos, dando continuidade ao Parecer anterior. Dentre esses aprimoramentos, destaca-se a supressão da terminologia equivocada de “processos de trabalho do Serviço Social”, atribuindo precisão conceitual à concepção da prática profissional enquanto trabalho¹¹. Salienta-se, portanto, a importância da apreensão articulada e contextualizada desses documentos que consubstanciam as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, uma vez que eles expressam a própria processualidade dos debates coletivos sobre os fundamentos do Serviço Social.

Posteriormente, os pareceres e as resoluções¹² do CNE/MEC que regulamentaram as Diretrizes Curriculares, datados de 2001 e 2002, atingiram drasticamente o projeto formativo formulado coletivamente, uma vez que alteraram o perfil do bacharel em Serviço Social e a definição das competências e habilidades, reduziram os conteúdos dos núcleos de fundamentação e suprimiram todos os tópicos de estudo. Isso repercutiu na impossibilidade da garantia de um conteúdo básico comum à formação profissional no país, o qual passou a ser submetido à livre iniciativa das unidades de ensino, desde que contemplados os referidos núcleos. Desde então, múltiplas ações vem sendo realizadas pelas gestões da ABEPSS em prol da defesa das Diretrizes Curriculares originais, com vistas a sua capilarização e efetivação na formação profissional.

À guisa de síntese, dados os limites expositivos, ressaltam-se algumas dimensões basilares das Diretrizes da ABEPSS. A primeira consiste na centralidade da questão social como elemento que atribui unidade à formação e à estruturação

que as Diretrizes encaminhadas ao CNE/MEC foram apresentadas na assembleia da Abepss por “Maria Bernadete Martins Pinto Rodrigo, Marilda Villela Iamamoto e Mariângela Belfiore Wanderley, então componentes da Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social. Isto ocorre quando a profa. Dra. Ivanete Boschetti assume a direção da entidade. Assim não existiram distintas propostas de diretrizes, a da Abepss e a da Comissão de Especialistas, mas uma única proposta submetida a um processo de aperfeiçoamento do texto original de currículo mínimo para viabilizar seu encaminhamento ao CNE, submetida à apreciação e aprovação pela assembleia da entidade, sua maior instância deliberativa” (Iamamoto, 2014, p. 616).

10 Sob a presidência de Ivanete Salete Boschetti.

11 Para esse debate consultar o capítulo de Iamamoto (2005, p. 57-75) elaborado a partir de palestra proferida no final dos anos 1990, que analisa “a prática como trabalho e a inserção do assistente social em processos de trabalho”.

12 Parecer CNE/CES nº 492/2001; Parecer CNE/CES nº 1.363/2001 e Resolução CNE/CES nº 15 de 13 de março de 2002.

curricular, visto que ela fornece concretude histórica à profissão (Cardoso, Granemann, Behring, Almeida, 1997), enquanto base de fundação sócio-histórica do Serviço Social, sendo suas múltiplas expressões matéria de trabalho de assistentes sociais (Iamamoto In: Yamamoto; Carvalho, 2012; Yamamoto, 2005). A riqueza desta centralidade é que ela aglutina elementos analíticos que se desdobram no debate da natureza e inscrição particular do Serviço Social na sociabilidade burguesa e na divisão sócio-técnica do trabalho (Iamamoto In: Yamamoto; Carvalho, 2012), possibilitando a interpretação crítica dos espaços sócio-ocupacionais e das requisições dirigidas à profissão. Portanto, a questão social fornece os elos que conectam o Serviço Social com a dinâmica societária em seu movimento histórico, o que requer uma permanente apreensão da situação objetiva e diversidade da conformação das classes trabalhadoras, situadas na particularidade da formação sócio-histórica brasileira, considerando os seus modos de vida e de trabalho, suas expressões políticos-culturais e resistências sociais.

Nessa direção, ressalta-se, em segundo lugar, “a importância do estatuto do trabalho, fundado em uma visão societária que atribui prioridade ontológica à produção e reprodução da vida social e às relações sociais historicamente particulares que as sustentam” (Cardoso, Granemann, Behring, Almeida 1997, p. 17). Portanto, a categoria trabalho desdobra-se, no âmbito do projeto formativo, numa chave explicativa da própria sociedade, sustentando a análise dos processos de alienação e de exploração, das lutas entre as classes sociais fundamentais presentes na sociedade, que inclusive permitem compreender as tramas das relações de poder do Estado. Além disso, ela também se refere à própria apreensão do ser social, dada sua dimensão ontológica (Marx, 2013; Lukács, 2009), se expressando na fundamentação da ética profissional, ou seja, a dimensão valorativa como inerente ao trabalho, a liberdade como núcleo da práxis (Barroco, 2006; Yamamoto, 2005). E, ainda, a categoria trabalho é constitutiva da própria análise da profissão, através da apreensão do seu estatuto assalariado, superando a perspectiva endogenista de prática profissional pela compreensão da inserção deste trabalho de qualidade particular em processos de trabalho histórica e socialmente determinados, considerando que o (a) assistente social dispõe de uma relativa autonomia profissional (Iamamoto In: Yamamoto; Carvalho, 2012; Yamamoto, 2005).

Além da questão social e do trabalho, destaca-se a abordagem histórico-crítica

marxista como outra base orientadora da formação profissional. Trata-se, portanto, da história em processo, do modo como se produz socialmente a vida, campo de determinações, mas também de tendências engendradas pelo devir histórico das lutas entre as classes sociais (Marx, Engels, 1998; Fernandes, 2012). É essa fecunda abordagem de história que sustenta a apreensão do Serviço Social numa perspectiva de totalidade, ou seja, inscrito no movimento da sociedade, na relação com as forças sociais, com a cultura e o pensamento do seu tempo, que incidem nas suas formas de explicar e agir na realidade. Tal abordagem ancora-se na articulação entre razão crítica e história que constitui a dialética marxiana, uma vez que ela abarca a análise simultânea do objeto - em suas múltiplas determinações, dinamicidade e historicidade -, e das explicações existentes sobre ele - em seus fundamentos e interconexão com as bases materiais da produção das ideias (Ianni, 2011).

3. Considerações finais

A exposição dos resultados da pesquisa buscou recuperar a historicidade da construção das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, enfatizando sua construção coletiva na década de 1990, a qual impulsionou um amplo debate sobre os fundamentos do Serviço Social, com diferentes angulações para o significado sócio-histórico da profissão, afirmando a centralidade da categoria trabalho e da questão social - irradiadas da apropriação do método e da teoria social marxiana, conjugadas na interpretação histórico-crítica da profissão na realidade brasileira -, enquanto principais bases teórico-metodológicas do projeto formativo. Além disso, as Diretrizes possuem uma estrutura pedagógica inovadora, assentada na unidade entre história/teoria/método, na indissociabilidade dos conteúdos dos Núcleos de Fundamentação e na definição de matérias básicas orientadoras da construção dos componentes curriculares, as quais possibilitam a sua particularização nos projetos pedagógicos nas unidades de ensino, mas também garantem uma unidade e base comum à formação profissional.

Contudo, a sua regulamentação pelo MEC, no início dos anos 2000, impactou drasticamente na descaracterização dos conteúdos originais do projeto formativo. Desde então, tem sido fundamentais as diversas ações realizadas pela ABEPSS em defesa de sua efetivação junto às unidades de ensino, o que também reforça a importância do permanente debate e resgate da sua historicidade, memória e fundamentos junto às novas gerações de assistentes sociais. Após 30 anos da

construção das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, afirma-se a sua vitalidade e atualidade no tempo presente, pois se trata de um projeto de formação em movimento, que se renova diante das determinações concretas postas no real, pressupondo, portanto, pesquisa e capacitação constante, bem como sua indissociabilidade com o trabalho profissional, com as agendas das entidades da categoria, com a produção intelectual e a pesquisa no âmbito da pós-graduação.

Referências

ABESS/CEDEPSS. **Revisão curricular do curso de Serviço Social**. Caderno n. 6, 1993b.

ABESS. **Projeto de Revisão do Currículo Mínimo do Curso de Serviço Social**. ABESS: Recife, 1994.

ABESS/CEDEPSS. 29ª Convenção da ABESS - **Relatório Final da gestão 93-95**. ABESS: Recife, 1995a.

ABESS/CEDEPSS. **Relatório - Síntese dos impasses e tensões da formação profissional**. ABESS: Recife, 1995b.

ABESS. **Relatório - Oficina Nacional de Formação Profissional**. ABESS: Rio de Janeiro, 1995c.

ABESS/CEDEPSS. **Relatório da 29ª Convenção da ABESS**. ABESS: Recife, 1995d.

ABESS/CEDEPSS. **Proposta básica para o projeto de formação profissional**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, Cortez, n. 50, 1996a.

ABESS/CEDEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social** (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996. Disponível em: https://media.webfans.com.br/abepss/uploads/2016/03/documento_201603311138166377210.pdf.

ABESS/CEDEPSS. 30ª Convenção da ABESS - **Relatório Final da gestão 95-97**. ABESS: Recife, 1997.

BARROCO, M. L. S. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CARDOSO, I. C. C.; GRANEMANN, S.; BEHRING, E. R.; ALMEIDA, N. L. T. **Proposta básica para o projeto de formação profissional** - novos subsídios para o debate. Caderno ABESS: Formação profissional - trajetória e desafios, São Paulo, Cortez, n. 7, 1997.

FERNANDES, F. Marx, Engels, **Lenin: a história em processo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M. V. **A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 120, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/t7jmcDg9vPQG3bhmz3WTPCs/abstract/?lang=pt>.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos**. Serviço Social e Sociedade, n. 136, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/RJ3mPJjQ8Qk8WJRbLRph8Kz/abstract/?lang=pt>.

IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. **Introdução**. In: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. (Orgs.). **A história pelo avesso: a Reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais**. São Paulo: Cortez, 2021.

IANNI, O. **A construção da categoria**. Revista Histedbr, Campinas, v. 11, n. 41, 2011.

LUCÁKS, G. **O jovem Marx e outros escritos de filosofia**. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. ; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MEC-CNE. **Parecer CNE/CES nº 492/2001**. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>.

MEC-CNE. **Parecer CNE/CES nº 1.363/2001**. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2001/pces1363_01.pdf

MEC-CNE. **Resolução CNE/CES nº 15 de 13 de março de 2002**. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES152002.pdf>.

MEC-SESU. **Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social**. Parecer às Diretrizes Gerais para o curso de graduação em Serviço Social. Brasília, outubro de 1997.

MEC-SESU. **Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social**. Diretrizes Curriculares- Curso Serviço Social. Brasília, fevereiro de 1999. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_diretrizes.pdf.

NETTO, J. P. **Ditadura e serviço social: uma análise do Serviço Social no pós-64.** 7 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SESSUNE. **Campanha Nacional pela Reestruturação da Formação Profissional do Assistente Social no Brasil.** SESSUNE: Salvador, 1992.